

PTDS

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



SALVADOR
2010

PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Guilherme Cassel

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Humberto Oliveira

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA BAHIA
Lourival Gusmão

ARTICULADOR (ASSESSOR) TERRITORIAL CONVÊNIO SEPLAN/INGÁ
Élcio Santana Nunes

NÚCLEO DIRIGENTE PROVISÓRIO DO COLEGIADO TERRITORIAL
José Lázaro Passos, Bárbara Elcimar dos Reis Alves, Maísa Teixeira Oliveira Flores, Elísio Santa Cruz Guedes, Paulo Moraes Silva, Jonicael Cedraz, Emerson Freire, Elza S. Oliveira Melo.

APOIO
Colegiado Territorial

Organização e produção de textos – Élcio Santana Nunes, Paulo Morais,
Emerson Freire, Maísa Flores,
Elísio Guedes

Revisão – Maísa Flores, Élcio Nunes
Fotos: Jair Leal, José Falcon, Bartolomeu Bernardo Araújo.

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável: Território de Identidade: TMS – Território Metropolitano de Salvador. Bahia: Colegiado Territorial do TMS, 2010.

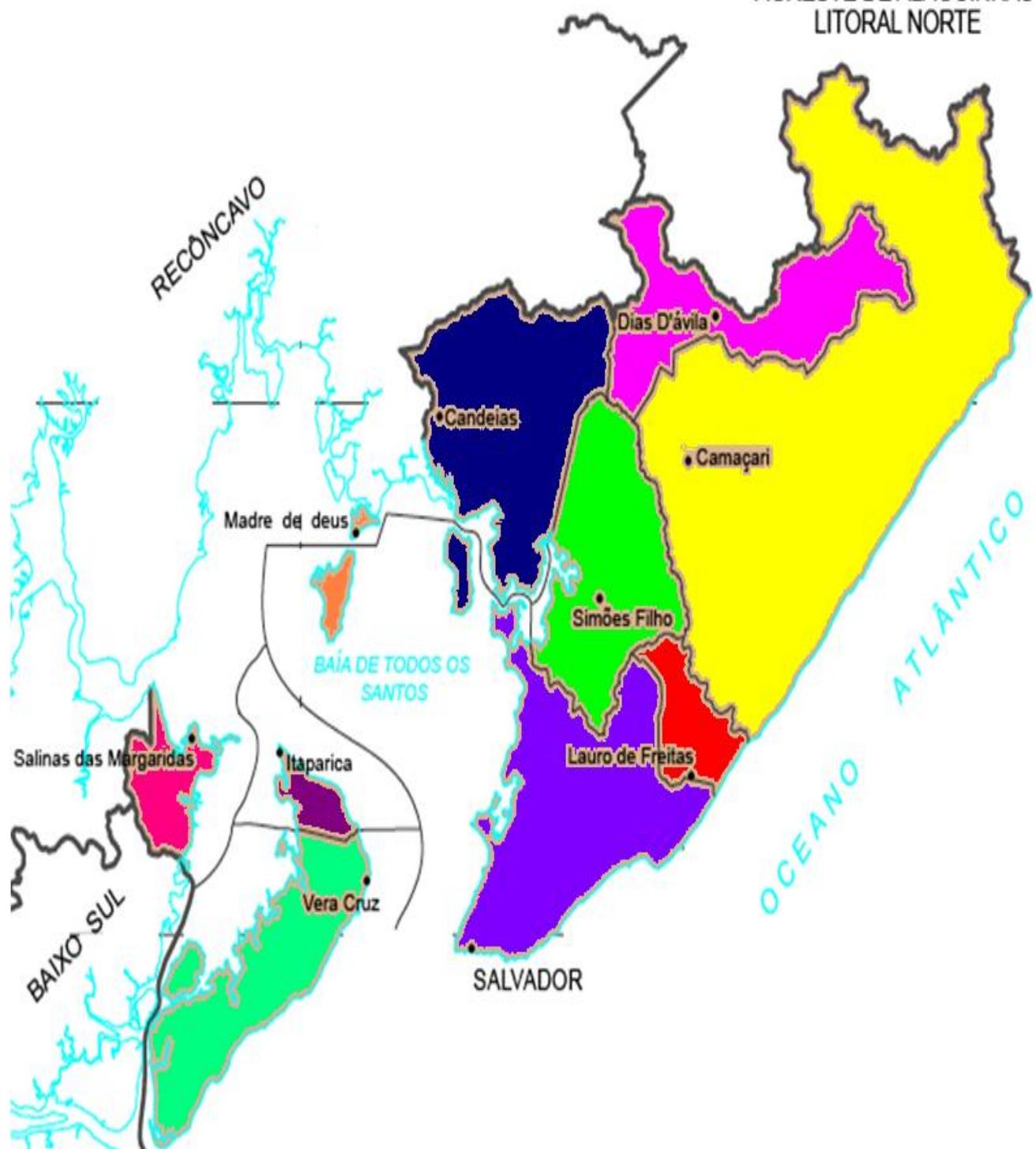
Apresentação

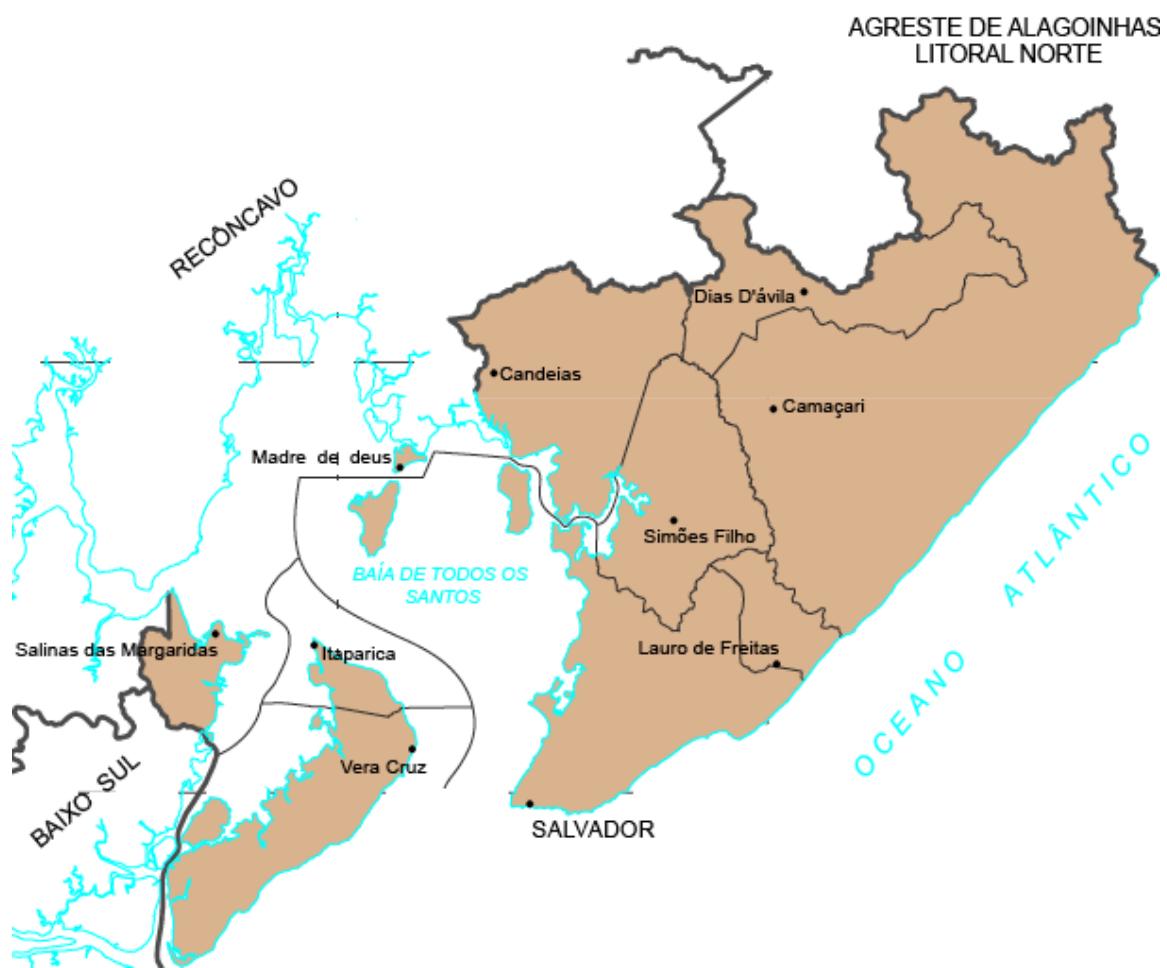
O **PTDS-TMS** – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Metropolitano de Salvador é resultado da contribuição dos autores sociais oriundas de oficinas do Colegiado, do Seminário sobre Agricultura Familiar e das reuniões municipais do Pacto Territorial. A metodologia de construção decorreu também do recebimento de deliberações das Conferências Temáticas Setoriais, menos da mais importante para ele, a Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário devido ao fato do Território ainda não existir e ser tratado como não rural. Estas deliberações servem para que juntamente com as prioridades apresentadas à LOA 2011 do Estado, sejam adicionadas as demandas do mundo rural. Neste sentido, a proposta da **PDBR** – Política de Desenvolvimento do Brasil Rural aprovada pelo CONDRAF em 24 de fevereiro de 2010 é o documento mais importante e orientador deste Plano. O prazo de execução é de apenas um ano. Os programas definidos estão baseados no PPA 2008-2011 do Governo do Estado da Bahia. Quanto ao Governo Federal, espera-se que a materialização do Convênio CAR/SDT para aquisição de um veículo para territórios não apoiados seja a primeira ação efetiva no TMS seguida por outras no decorrer de 2011. Não se pode deixar de lembrar que tanto a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial quanto a Delegacia da Bahia têm participado das diversas atividades realizadas, bem como, membros do Colegiado do TMS vêm participando dos Encontros Nacionais dos Colegiados Territoriais e outras atividades promovidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Foi definido que esta primeira versão do PTDS-TMS vai ser ampliada para mais quatro anos para que seja possível prever ações nos PPA 2012-2015 tanto do Estado quanto do Governo Federal e que seja possível receber os resultados do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE. O desejo mais fundamental é de que a PDBR seja amplamente debatida e que enquanto Lei seja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela nova Presidente e que os Estado da Bahia crie a sua **PDBR-BA**. Este plano será enviado à **Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES e a Câmara de Planejamento e Gestão Territorial Urbana – PGTU**, para que possam compreender a dimensão do mundo rural a partir na nova abordagem conceitual da PDBR e fazer com que o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Urbano incorpore a idéia de que rural não é resíduo do urbano e que ações estruturantes de saneamento ambiental, transporte, mobilidade e habitação, são necessárias a todo o território e que o Estatuto da Cidade Lei 10.257/01 indica a compreensão da totalidade territorial tão necessária para a efetiva valorização do mundo rural e entendimento da interdependência entre o rural e o urbano.

Colegiado do TMS

MAPA DO TERRITORIO METROPOLITANO DE SALVADOR

AGreste de Alagoinhas
Litoral Norte





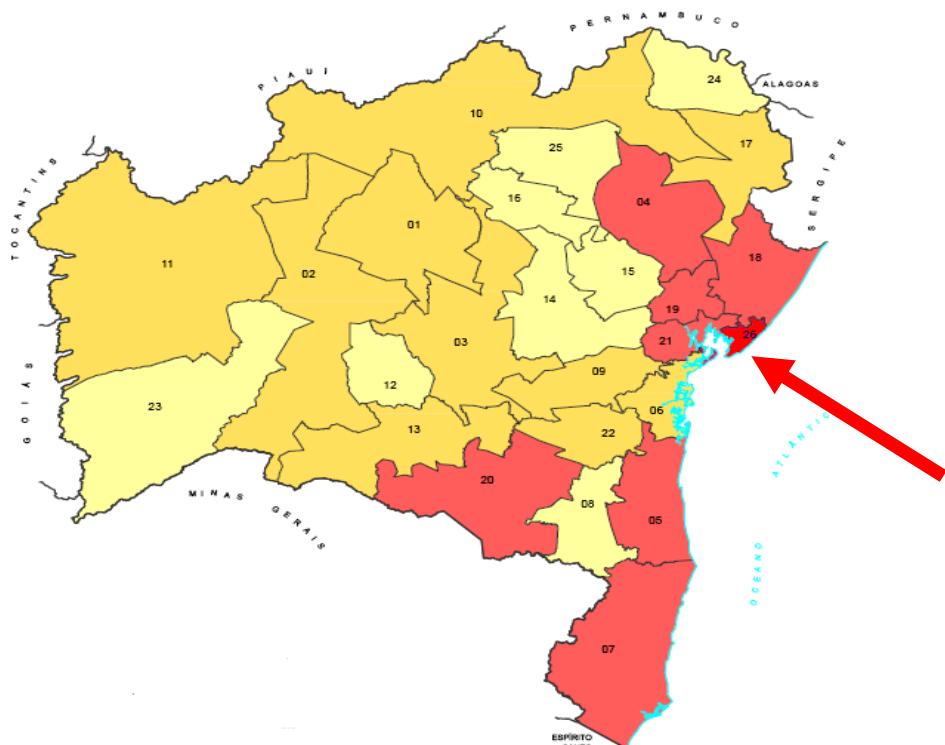
Municípios do TMS

1. Camaçari
2. Candeias
3. Dias D'Ávila
4. Itaparica
5. Lauro de Freitas
6. Madre de Deus
7. Salinas da Margarida
8. Salvador
9. Simões Filho
10. Vera Cruz

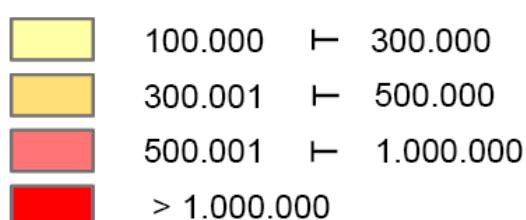
POPULAÇÃO DO TMS

Municípios	Total (IBGE/2007)
1. Camaçari	220.495
2. Candeias	78.618
3. Dias D'Ávila	53.821
4. Itaparica	19.897
5. Lauro de Freitas	144.492
6. Madre de Deus	15.432
7. Salinas da Margarida	13.090
8. Salvador	2.670.669
9. Simões Filho	109.269
10. Vera Cruz	35.060
Total TMS	<u>3.360.843</u>

POPULAÇÃO – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, BAHIA - 2007



Nº DE HABITANTES



INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

26

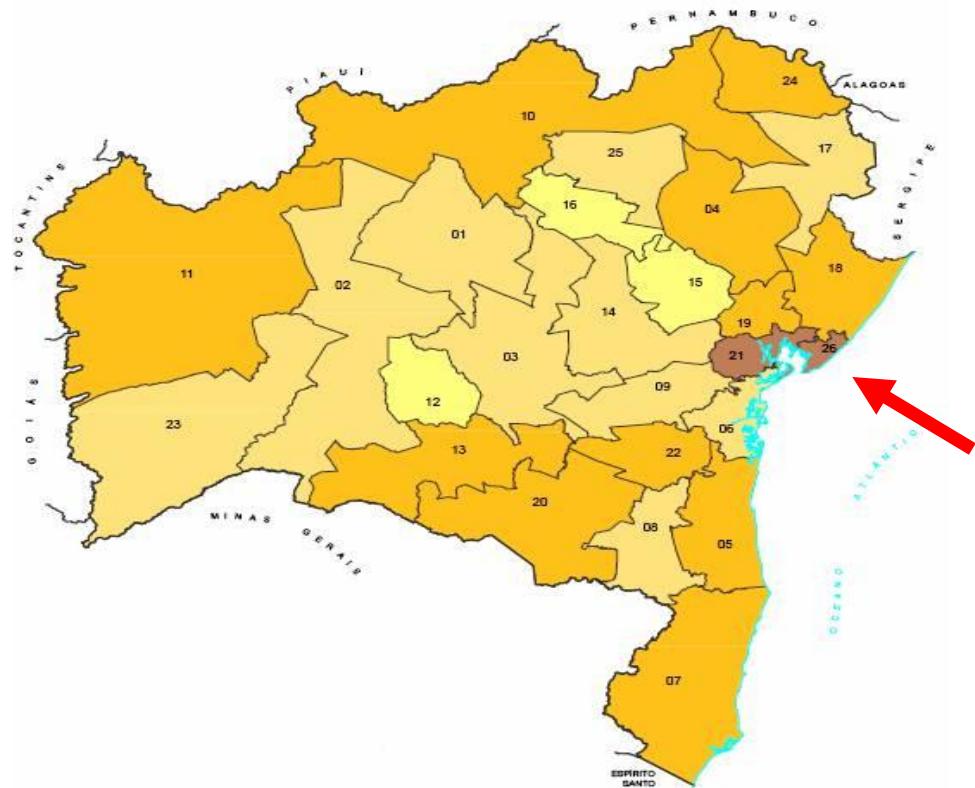
Metropolitana
de Salvador

Bahia

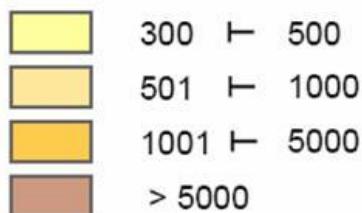
	ÁREA (Km ²)	1.233	564.693
	% do Estado	0,2	
POPULAÇÃO	Total (2007)	3.360.843	13.519.854
	% do Estado	24,9	
	Grau de Urbanização (2000)	97,7	64,9
SANEAMENTO BÁSICO	Abastecimento de água	89,0	59,1
% domicílios (2000)	Esgotamento sanitário	79,5	42,4
RENDIMENTO MENSAL DOS OCUPADOS (2000)	Até 1 salário mínimo	37,0	52,8
	Mais de 1 a 5 salários mínimos	60,2	37,6
	Mais de 5 salários mínimos	2,8	9,6
PIB (2004)	(R\$ milhões)	33.433	80.427
	% do Estado	41,6	
	Agropecuária	0,2	10,7
	Indústria	60,7	48,5
	Serviços	39,1	40,8
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo % (2000)	10,7	20,4
	Instituições de ensino superior (2006)	60	125

PIB – TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, BAHIA - 2004

TMS



PIB (R\$ MILHÕES)



Origem do Colegiado Territorial

O Colegiado do Território da Região Metropolitana de Salvador também denominado de Território Metropolitano de Salvador - TMS, surgiu após algumas incursões da Coordenação de Articulação Social - COAS da Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia – SERIN junto a Coordenação Estadual dos Territórios – CET e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Associação dos Pescadores, Pescadoras e Marisqueiras de Simões Filho e da Diretoria de Agropecuária da Prefeitura de Simões Filho, que em Abril de 2008 após contato com esta Coordenação Executiva da CET provocou a primeira reunião para articular a construção do Colegiado do território que veio ocorrer em 05 de maio de 2008 com a presença das instituições acima.

A ausência da participação de representações da região nas discussões das políticas territoriais, deve-se segundo a **CET e COAS/SERIN** é que em sendo o movimento oriundo da Agricultura Familiar, não foi entendido e absolvido pelo meio urbano que é a característica imputada aos municípios do território.

Em abril de 2009, nos dias 16 e 17 daquele mês aconteceu de forma coletiva e democrática a eleição do Colegiado do TMS, a coordenação na construção do Território de forma metodológica buscou discutir pedagogicamente temas relevantes e apresentando materiais de audiovisual, como o vídeo **Por uma Outra Globalização de Milton Santos** e aprovou na plenária que, cada segmento internamente elegeria seus representantes titulares e suplentes e ao final seriam confirmados pela plenária e nos casos em que os segmentos não chegassem a um consenso dos nomes dos seus representantes, os candidatos seriam submetidos e aprovados pela maioria simples da plenária. Dos vinte e seis (26) segmentos identificados durante as muitas reuniões de construção do TMS, vinte e dois (22) estavam presentes sendo que dois destes representantes são conselheiros do CAPPA no território que também são representantes de segmentos dos movimentos sociais, com assento no Colegiado, além de um representante de cada prefeitura e três representantes de legislativos municipais ficando uma composição com dois terços da sociedade civil e um terço do poder público.

Diagnóstico Territorial

O Território Metropolitano de Salvador (TMS) concentra a maior receita, maior concentração de renda e de miséria. Embora possua cerca de 25% da população do estado, acumula mais de 40% do PIB oriundo da atividade industrial 60,7%, serviço, comércio e turismo 39,1% e agropecuária 0,2%.

Estes percentuais expressam uma invisibilidade e quase que a inexistência da agricultura familiar no território. De fato, ele tem caracteristicamente uma predominância industrial acompanhada pelo setor terciário, expressando principalmente na Capital, a existência de enorme população urbana. Mas a presença da **agricultura familiar, urbana e periurbana** são marcas deste território também, composto por **Comunidades Rurais, Quilombolas, Povos Tradicionais de Terreiros de Candomblé e Indígenas, Assentamentos de Reforma Agrária, além de Pescadores e Marisqueiras, Ciganos e Extrativistas Ervateiras (os)**. Sabe-se que o número que expressa o total de agricultores familiares não corresponde à realidade. O Colegiado do TMS pôde comprovar isto no Seminário “**A Presença da Agricultura Familiar no Território Metropolitano de Salvador**”, realizado na Câmara de Vereadores de Simões Filho em 02 de junho de 2010 que contou com a presença do Superintendente de Agricultura Familiar do Estado da Bahia, Wilson Dias e também das Secretarias do Planejamento e de Relações Institucionais. Naquela oportunidade foi demonstrada a presença de pouco mais que 1.000 agricultores familiares. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Quilombolas e Terreiros de Candomblé presentes naquela atividade contestaram os números e tiveram a informação de que estes justificam o não recebimento de sementes, assistência técnica e extensão rural, crédito fundiário e agrícola, bem como, a regularização fundiária e cadastro junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Documento de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

A capital Salvador encontra-se adensada com sérios problemas ambientais, déficit enorme de moradia, carecendo de esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, tratamento de resíduos sólidos, preservação dos mananciais hídricos e biomassas. Possui problemas históricos estruturais determinados pelo racismo que configura a exclusão dos mais de 80% de afrodescendentes de vida com qualidade, além do índice alarmante de homicídios da juventude negra decorrente da falta de políticas públicas específicas para corrigir esta desigualdade expressando um grave problema de segurança que reflete questões ligadas a infraestrutura, educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Quadro de composição do Colegiado do Território Metropolitano de Salvador:

TITULARES
SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO	REPRESENTANTE	ENTIDADE
01	Trabalhadores Rurais	Deraldina de Araújo da Silva (71) 96123495	Associação de agricultores e Piscicultores de Cancelas - Camaçari
02	Agricultura familiar	Pedro de Jesus Souza (71) 8756-6738	Associação de Produtores Rurais de Açu da Capivara - Camaçari
03	Trabalhadores Urbanos	José Lázaro Passos (71) 8115-3939	Sindicado dos trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro - Salvador
04	Movimento de Luta por Moradia	João Benedito Bispo dos Santos (71)9907-7175	FABS - Salvador
05	Terreiros de Candomblé	Elza Souza de Oliveira Melo (71)8146-0766	Ilê Axé Alodê Obá Ode Camaçari
06	Movimento de Mulheres	Renildes Brito de souza (71)9934-1268	Segmento Mulheres Salvador
07	Criança e Adolescente	Sabina de Andrade (71) 3253-1944	Conselho de Moradores Salvador
08	Luta pela Terra	Margarida C. Nipomuceno	M S T - Candeias
09	Meio Ambiente	Jair C. Leal	Agenda 21 Cajazeiras Salvador
10	Juventude	Everton Souza dos Santos (71)3601-7909 9137-7932	ONGMEPEC Candeias
11	Comunicação	Jonicael Cedraz (71)9989-6991	FNDC - Salvador

12	Direitos Humanos	Elias de Jesus Queiroz (71)3211-4667	Fórum Comunitário de Direitos Humanos e Cidadania - Salvador
13	Associação de Moradores	José Jesus de Souza (71)8738-0250	Associação Santa Rosa de Lima - Salvador
14	Segmento Religioso	Alda Maria S. de Jesus (71)3605-5561	Pastoral da Criança Candeias
15	Pescadores e Marisqueiras	Carlos Augusto de S. Costa	Colônia de Pesca Z54 Candeias
16	Cultura	Valdívio Pinto Sá	Instituto Maurício Grabois Camaçari
17	LGBT	Bárbara E. dos Reis Alves (71)9619-4114	FLGBT Salvador
18	Movimento Negro	Jorge Eumawilyê Santos (71) 8142-0558 / 8725-9380 /8740-3913	

19	Indígenas	Awakay Cícero P. da Silva (71)9981-2272	Kariri Choco Lauro de Freitas
20	Pessoas com Deficiências	Joselito Pereira	APALBA – Associação de Albinos da Bahia Salvador
21	Catadores Resíduos Sólidos		Complexo Cooperativo da Grande Salvador
22	Quilombolas	Bernadete Pacífico (71)81422451 / 91052633	Quilombo de Pitanga de Palmares Simões Filho
23	Economia Solidária	Cedro Silva (71)8882-2895	DS
24	Idosos	Belanísia Ribeiro	Casa dos Aposentados da Bahia
25	Ciganos		Associação de Ciganos de Camaçari
26	Esporte e laser		
27	PPA	Leide Emanuela dos Santos	CAPPA
28	PPA	José Carlos de Paula	CAPPA
29	Articulador	Élcio Santana Nunes (71)9129-3324	ARUANÃ Simões Filho

SUPLENTES SOCIEDADE CIVIL

01	Trabalhadores Rurais	Domingos	Sindicato Trabalhadores Rurais de Itaparica
02	Agricultura Familiar	Amaildo Alves Góes	Ass. Dos Pequenos Produtores Rurais de Itaparica
03	Trabalhadores Urbanos	Edílson Lima da Silva	SITICCAN – Candeias
04	Movimento por Moradia	Nome a ser indicado em oficina a ser realizada em Camçari em 17 e 18/12/09	MNLM – Dias D'Ávila
05	Criança e Adolescente	Cidélia Argolo	CECUP – Centro de Cultura Popular
06	Meio Ambiente	Jair C. Leal	Agenda 21 Cajazeiras – Salvador
07	Associação de Moradores	Romenil Matos	Ass. Com. Dom Avelar Salvador
08	Segmento Religioso	Francisco de Assis Coelho	Conselho de Moradores de Boa Vista
09	Pescadores e	Carlos Augusto de S. Costa	Colônia de Pescadores –

	Marisqueiros(as)		Candeias
10	Quilombolq	Eliete Paragussu	Quilombo de Ilha de Maré Salvador

NÚCLEO TÉCNICO

01	N.T.	Élcio Santana Nunes (71) 9129-3324	Assessor TMS
02	N.T.	Elísio Guedes Santa Cruz (75) 8116-6439	EBDA São Sebastião do Passe
03	N.T.	Manoel Francisco Cerqueira Lopes de Britto (75) 9982-3000	EBDA Nazaré
04	N.T.	Emerson Freire (71) 92615975	SUAF/SEAGRI
05	N.T.	Maisa Teixeira Oliveira Flores (71) 3115-6934	SERIN
06	N.T.	Ana Lícia Marins (71) 9971-8523	Assessora Parlamentar Legislativo Salvador
07	N.T.	Joilson Nunes (71) 8784-4383	CAMAPET
08	N.T.	José Barreto Bittencourt (71) 9226-2850	Caixa Econômica Federal Salvador
09	N.T	Paulo Moraes Silva (71) 9984-7330	Prefeitura de Camaçari

PODER PÚBLICO

01	Executivo	Sônia Almeida	Prefeitura de Itaparica
02	Executivo	Regina Célia Testa	Prefeitura de Candeias
03	Executivo	Jonatas Rocha	Prefeitura de Camaçari
04	Executivo	José Sérgio V. dos Santos	Prefeitura de Simões Filho
05	Executivo	Adriana Vinagre	Prefeitura de Vera Cruz
06	Executivo	Argolo	Prefeitura de Madre de Deus
07	Executivo	Moema Gramacho	Prefeitura de Lauro de freitas
08	Executivo		Prefeitura de Dias D'Ávila
09	Executivo		Prefeitura de Salinas da Margarida
10	Executivo		Prefeitura de Salvador
11	Legislativo	João A. R. Leal	Vereador Simões Filho
12	Legislativo	Marta Rodrigues	Vereadora Salvador
13	Legislativo	Andréa Testa	Vereadora Candeias

Assistência Técnica para todo o território **Visão de Futuro:**

Garantir a sustentabilidade nos 10 municípios do TMS.

Objetivos Estratégicos:

- **Dar visibilidade a agricultura familiar, urbana e periurbana no território garantindo a presença da diversidade: étnicoracial (povos e comunidades tradicionais), gênero, geracional (criança e adolescente, juventude e idosos), orientação sexual e pessoas com deficiência, destes autores no mundo rural e urbano;**
- **Efetivar a regularização fundiária rural e urbana como medida de reparação étnicoracial;**
- **Garantir a inclusão social e produtiva da população do TMS;**
- **Promover a vida com qualidade no TMS;**
- **Atender as necessidades básicas: moradia, saúde, educação, saneamento ambiental, emprego e renda.**
- **Promover a preservação do Bioma Mata Atlântica, rios, lagoas, lagos, nascentes, dunas, praias, animais e vegetais.**

Princípios:

- 1. Ética**
- 2. Respeito à diversidade**
- 3. Respeito aos Direitos Humanos**
- 4. Solidariedade**

Diretrizes Principais:

- 1. Socioambiental**
- 2. Políticoeconômica**
- 3. Educacional**
- 4. Cultural e de saúde**

Eixos de Desenvolvimento por dimensão

- 1. Dimensão ambiental**
- 2. Dimensão sociocultural educacional**
- 3. Dimensão socioeconômica**
- 4. Dimensão político institucional**

Resumo sistêmico multidimensional do território.

Realização de concursos públicos para todos órgãos e secretarias como a da agricultura do estado e contratação de profissionais para atuarem especificamente no território.

Programas e Projetos Estratégicos Territoriais

Cinco prioridades para a LOA 2011 aprovadas pelo Colegiado e entregue à SEPLAN pelos Conselheiros do CAPPA:

1. A constituição e efetivo funcionamento de Centros de Educação profissional acessíveis às pessoas nos municípios do território Metropolitano de Salvador e a devida regulação de quadro de professores e profissionais da educação para o devido fim;

2. Conclusão das unidades de saúde em andamento, construção de novas unidades e melhor distribuídas no território devidamente equipadas com todos os profissionais necessários, com atendimento de qualidade, para assistir a população da região em especial de baixa renda;
3. Abertura de novas unidades do SINE nos SAC's, criação de novos SAC's nos municípios que ainda não tem o Serviço de Atendimento ao Cidadão do Governo do Estado e incentivo a regularização do mercado informal e/ou Economia Solidária no território;
4. Formação continuada aos servidores estaduais, federais e municipais para atendimento qualificado à população respeitando a diversidade: étnicorracial, gênero, orientação sexual, geracional e pessoas com deficiência;
5. Saneamento ambiental para os dez (10) municípios do Território Metropolitano focando esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Proposta de Infraestrutura e Mobilidade

- Recuperar e ampliar o transporte ferroviário, trens leves, para circulação mais rápida de produtos e passageiros evitando perda de tempo e energia nos imensos congestionamentos urbanos no território;

Agricultura Familiar:

- Regularização Fundiária de assentados, acampados, povos tradicionais e demais agricultores em situação de irregularidade fundiária;
- ATER disponibilizar onde houver demanda em especial aos assentados, acampados, povos tradicionais;
- Fomento e Crédito Agropecuário, restabelecer liberação do PRONAF para o território, dar início ao fomento para fortalecer e aperfeiçoar a agricultura familiar no território;

- Estimular a criação de cooperativas de crédito que tenha como finalidade a agricultura familiar, realizar treinamento e capacitação dos seus cooperados e trabalhadores rurais da região;
- Estimular o fortalecimento de suas cadeias produtivas implementando o PAA nos municípios do TMS e em parceria com o Colegiado e municípios viabilizando a regularização de feiras livres;
- Criação de infraestrutura em equipamentos de beneficiamento e transformação para viabilizar a agricultura familiar no território;
- Subsidiar os municípios para que possam melhorar suas estradas vicinais para escoamento da produção e deslocamento das comunidades locais;
- Acesso a água de boa qualidade para consumo humano, energia elétrica e equipamentos de comunicação como telefones públicos nas localidades rurais dos municípios do TMS;
- Reconhecer o Território Metropolitano como território em que existe agricultura e que tem papel fundamental para a produção de alimentos para matar a fome da esmagadora quantidade de pessoas em situação de miséria no território;
- Distribuição de sementes e mudas para todos os agricultores familiares do território;
- Fomentar a criação de banco de sementes e mudas para o agricultor familiar do território;
- Incentivar a agricultura agroecológica e suas subprodutos como a única agricultura capaz de recuperar a qualidade dos seus produtos e de vida do agricultor familiar;
- Estruturação e fortalecimento da agricultura Urbana e Periurbana do Território.

PACTO TERRITORIAL DEMANDAS MUNICIPAIS

MUNICIPIO DE CAMAÇARI

As demandas iniciais levantadas em reunião no dia 8 de novembro de 2010 no Auditório de Gabinete do Prefeito Luiz Caetano.

- Articulação dos órgãos públicos de forma planejada: EBDA, BNB, Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Coordenação de Agricultura) e outros;
- Atendimento ágil do Banco do Nordeste;

- Apoio para o beneficiamento do peixe;
- Treinamento de Agricultores;
- Poços para zona rural;
- Mapeamento da área e dos agricultores de Monte Gordo, Barra da Pojuca, Abrantes;
- Identificação da região com grande potencialidade para a Agricultura Familiar;
- Solicitação de 4 tratores;
- Secretaria de Educação do Município coloca a necessidade de Mapeamento das áreas produtoras da Agricultura Familiar no Município;
- Necessidade de Infra estrutura para a Zona Rural;
- Diagnóstico nas Comunidades e a partir daí construir projetos;
- A EBDA e a COORDENAÇÃO DE AGRICULTURA Pode ver essa questão do Diagnóstico;
- A Secretaria já fez três chamadas públicas e está fazendo a quarta
- Comunidade de Cancela reivindica água potável e aponta que o poço está contaminado
- Camaçari precisa reabrir a Secretaria de Agricultura, pela importância da Agricultura Familiar tendo **6200 Agricultores Cadastrados**;
- Falta Assistência Técnica no Município;
- Falta incentivo e apoio para a Agricultura Familiar;
- Concurso Público para Contratação de Técnicos;
- Abertura de Escritório da EBDA, com estruturas, vários técnicos, e salários justos;
- Fortalecimento da EBDA;
- O Município precisa criar o centro industrial da Agricultura Familiar;
- Camaçari precisa realizar o encontro dos trabalhadores rurais
- Camaçari precisa construir política pública no campo da agricultura familiar
- Regularização de Fornecedores da Agricultura Familiar.

MUNICIPIO DE CANDEIAS

Demandas iniciais levantadas em reunião no dia 25 de outubro de 2010 no Centro de Desenvolvimento do Trabalhador.

- Regularização Fundiária;
- Mapeamento dos Agricultores para a Produção;

- Cadastramento dos Agricultores;
- BNB ficou de verificar os produtos que tem zoneamento na região;
- Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, com educação juntas fariam o Cadastro dos Agricultores e a EBDA com base nos cadastros faria a elaboração da ADAP, depois de visita e análises dos produtores;
- Concurso Público para contratação de técnicos e dotação de infra estrutura na secretaria para atendimento aos Agricultores Familiares .

MUNICIPIO DE SIMÕES FILHO

Demandas levantadas em 2 reuniões na Câmara de Vereadores uma no dia 13 de setembro e outra no dia 20 do mesmo mês.

- Reconhecimento da Agricultura familiar do Território Metropolitano do Salvador
- Regularização Fundiária
- O Território deve fazer reuniões com lideranças dos **Povos e Comunidades Tradicionais**, e que disponibilize mais informações sobre as **Comunidades de Quilombo** de Dandá e Palmares para o fortalecimento dos quilombos existentes assim como a formalização de novos como Dame, Mapele, e Pitanguinha
- Em virtude do credito do BNB esta suspenso no município para o PRONAF ficou acertado que ONGS, EBDA, TMS, Prefeitura, Sindicato encaminhe agricultores para o BNB com objetivo de regularização e renegociação das dívidas
- BNB ficou de enviar relação de dados sobre os créditos concedidos por Município e por Cadeia Produtiva
- Necessidade de fazer Cadastramento das Comunidade e dos Agricultores
- Necessidade de fazer Daps
- Solicitação de um Pavan da EBDA
- Patrulha mecanizada Completa
- Pescadores denunciam que o Moinho de Aratu esta aterrando o Mangue, onde as marisqueiras pescam, provocando Crime Ambiental. Pescadores informam que já fizeram a denuncia no IMA e o orgão não tomou nenhuma providência. Na região existe más de **1000 pescadores** mas só **200 são cadastrados**. As lideranças apontam baixo nível de

consciência dos pescadores, necessitando de um trabalho nesta área e também de organização da categoria.

-Necessidade da Prefeitura melhorar estradas, implantação de irrigação para Agricultura Familiar e Contratação de Técnicos.

- Melhorar comunicação entre os Orgãos Públicos Municipais, e ausência na reunião da secretaria de Desenvolvimento Social, secretaria de Saúde, Secretaria de educação.

Sistema de Gestão do Plano

Estabelecer prazos em caso da LOA 1 ano, PPA 4 anos e PDDU 10 anos.

Considerações Finais

A abordagem territorial é a mais adequada para a concepção do mundo rural. Espera-se que o Governo da Bahia continue ratificando a adoção dos Territórios de Identidade como unidade planejamento das políticas públicas e que o conjunto das secretarias incorpore o conceito de rural, **principalmente a SEAGRI e a SEDUR**. A Agricultura Familiar precisa ser visível no TMS e o Colegiado acredita que ela é fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e alcance dos ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Recomenda-se ao Governo da Bahia a partir das deliberações da Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário lançar a **PDBR-BA**. Este conselho vale também aos municípios do TMS e de todos os Territórios de Identidade do Estado e do Brasil.

O mundo rural é diverso, rico e guardião do patrimônio ambiental.

Colegiado do TMS

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FARIA, C.A.P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **RBCS**, v.18, n.51, p.21-29, fev 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbc soc/v18n51/15982.htm>>. Acesso: em 04/09/09.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil. (Texto para discussão n.º 1373. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/td1373.htm>>). Acesso: em 04/04/09.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido et al. Notas para a Retomada do Debate sobre o Desenvolvimento Brasileiro. In **CICSÚ**, João Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. CICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). Brasília: IPEA, 2009.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentários para trabalhos científicos. 4 edição. Curitiba: Juruá, 2009.

KHAIR, Amir. Caminhos para o Desenvolvimento: uma visão estratégica. In **CICSÚ**, João. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. CICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). Brasília: IPEA, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 edição. São Paulo: Atlas, 2001.

PDBR – Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010.

REIS, E.P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. In: **RBCS**, v.18, n.51, p.11-14, fev 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbc soc/v18n51/15982.htm>>. Acesso: em 04/09/09.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. Coleção Espaços. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. Coleção Estudos Urbanos. 2 edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

SICSÚ, João. A Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento. In _____. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.

SICSÚ, João. Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 2008. (Texto para discussão n.º 1346) Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/tds/td_1346.htm. Acesso: em 04/09/09.

TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas na cidade de São Paulo, in AVRITZER, L. A Participação em São Paulo, São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, A., G. Grazia, M. Albuquerque, e P. Pontual Orçamento Participativo: Democratização da Gestão Pública e Controle Social, Rio de Janeiro: FASE, 2003.

VIOLA, E. e S. Mainwaring. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In WARREN, I. Scherer; KRISCHKE, J. (org.) Uma Revolução no Cotidiano: Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul, São Paulo: Brasiliense, 1987.



**Consolidação Territorial em Reservas
garantindo a conservação da sociobiodiversidade**

ICMBio

Vice-Governador do Estado - ÁFRICA

Fundo Nacional de Desenvolvimento da
Conservação e Uso Sustentável

Agência de Desenvolvimento do Nordeste

















